

Memória da 2ª Reunião da Câmara Técnica “Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas”

Mariana, 11 de Agosto de 2016.

CVT/UAITEC - Rodovia do Contorno, 327

Participantes: lista de presença anexa

Pauta:

- 14:00-14:30 – Panorama geral do TTAC e funcionamento do Comitê Interfederativo e da CT – SEDRU.
- 14:30-15:00 – Ações realizadas pela SAMARCO até o momento no âmbito dos programas “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”, “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa” e “Demais reconstruções de infraestruturas previstas” – SAMARCO.
- 15:00-15:30 – Encaminhamentos da 3ª reunião do Comitê Interfederativo (a ser realizada em 06 e 07 de junho) – SEDRU.
- 15:30-16:00 – Questões emergenciais dos prejuízos municipais (demandas encaminhadas pelos municípios) – SEDRU.
- 16:00-17:00 – Discussões e Encaminhamentos Finais.

1. Panorama geral do TTAC e funcionamento do Comitê Interfederativo e da CT.

Breve apresentação pela SEDRU, para nivelamento de todos os presentes, sobre a construção e assinatura do Acordo e a estrutura de governança envolvendo o cumprimento do TTAC, o Comitê Interfederativo e as Câmaras Técnicas. Foram também abordados os programas que estão no escopo da Câmara **Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas**, quais sejam: “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira” e “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa”. A SEDRU apresentou as principais características destes programas e as ações que devem ser realizadas pela SAMARCO em cada um deles. A apresentação encontra-se no ANEXO I deste documento.

2. Ações realizadas pela SAMARCO até o momento no âmbito dos programas “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”, “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa” e “Demais reconstruções de infraestruturas previstas”.

A SAMARCO iniciou sua exposição pela apresentação do programa “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”. Além das premissas, objetivos e referências internacionais sobre reassentamento utilizadas, a SAMARCO demonstrou as ações de suporte e apoio aos atingidos pelo evento que estão sendo realizadas no momento, até que a definição das áreas e da forma como se dará o reassentamento seja concluída. A SAMARCO abordou, ainda, a forma como está sendo feita a escolha da área anfitriã das novas comunidades, através de várias modalidades de participação comunitária e de uma série de

critérios técnicos que estão sendo utilizados para avaliação dos terrenos. Por fim, a SAMARCO apresentou o status da ação para cada uma das comunidades e os próximos passos. Até o momento, apenas a Comunidade de Bento Rodrigues definiu a área que receberá a comunidade. A eleição que determinará a nova área para a comunidade de Paracatu de Baixo deverá ser realizada no começo de julho; Gesteira ainda não tem data definida. A apresentação completa realizada pela SAMARCO encontra-se no ANEXO II deste documento.

Na sequência, a SAMARCO procedeu à apresentação do programa “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa”. A SAMARCO subdividiu a área escopo do programa em três frentes, a saber: Infraestrutura Mariana, Acessos Mariana a Barra Longa e Infraestrutura Barra Longa, procedendo à apresentação do que foi e está sendo feito em cada área. Foram apresentados itens que receberam reforma e/ou foram reconstruídos, como pontes, currais, mata-burros, residências, fábricas, escolas, cercas, acessos, drenagens, contenções, comércios, quintais, lotes, pomares e outras obras públicas, assim como as ações de limpeza e remoção de rejeitos. Para cada um dos itens foi apresentado o que já foi concluído, as ações previstas/futuras e os resultados alcançados, bem como algumas fotos que ilustram estas intervenções. A apresentação completa realizada pela SAMARCO encontra-se no ANEXO III deste documento.

Os principais pontos discutidos sobre as duas exposições e sobre os dados apresentados pelas empresas estão consolidados na próxima seção.

Principais Pontos de Discussão:

- a) **Participação do Ministério Público nestes programas:** segundo SAMARCO, VALE e BHP, o MP participa semanalmente de reuniões pautadas pela comunidade, nas quais estão presentes o promotor da comarca de Mariana e o sociólogo do MP.
- b) **Relação destes programas com a questão da renda e do trabalho dos integrantes das comunidades:** SAMARCO está realizando escuta individual com os atingidos, de maneira a redirecioná-los e repor equipamentos e estoque. Havendo condição de restabelecer a atividade econômica do atingido, mesmo que de maneira temporária, a SAMARCO está trabalhando neste sentido. Grande parte das ações estão nos programas relacionados ao eixo temático Economia, que abrangem diversos tipos de atividade; entretanto, SAMARCO, VALE e BHP entendem a necessidade de casar estas ações com os reassentamentos, de forma a garantir uma solução definitiva para o trabalho e a renda dos atingidos, ainda mais considerando que várias atividades econômicas estão intimamente relacionadas com o local onde residiam os atingidos.
- c) **Forma como está sendo a votação para a área que receberá as comunidades:** SAMARCO, VALE e BHP ressaltaram que a votação para definição da área escolhida está sendo feita por família, após avaliação de uma série de critérios definidos conjuntamente por Prefeitura e comitê formado por cada uma das comunidades e com apoio do Ministério Público, como: área, proximidade com antiga comunidade, elevação, topografia, solo, entre outros. As eleições estão recebendo auditoria independente, realizada pela empresa Ernest & Young.

- d) **Segurança das áreas escolhidas, com relação a novos eventos:** SAMARCO ressaltou que as áreas, tanto a escolhida para receber Bento Rodrigues como as outras que estão sendo avaliadas, levaram em consideração a segurança com relação a novos eventos e possíveis desastres naturais, como inundações. Estes critérios estão sendo levados em consideração pelas comunidades. No caso de Paracatu, por exemplo, foi descartado o reassentamento na mesma área anterior, devido ao risco de inundação e conforme recomendações tanto da Defesa Civil como do Ministério Público.
- e) **Anuência municipal nas novas áreas de reassentamento:** de acordo com as possíveis áreas apresentadas, existe possibilidade de que outros municípios sejam envolvidos, exigindo inclusive sua anuência para a construção dos reassentamentos. SAMARCO, VALE e BHP irão avaliar esta questão para o caso de Bento Rodrigues e para as áreas que receberão Paracatu de Baixo e Gesteira.
- f) **Reuniões diversas entre empresa, comunidade, prefeituras, Ministério Público e outros órgãos e entidades:** existe uma agenda constante entre estes diversos atores, de forma a garantir a participação dos atingidos e dos diversos atores públicos envolvidos. Governo de MG reforça a necessidade de conhecimento de todas estas agendas, de forma a acompanhar o processo e avaliar a necessidade da participação de seu quadro técnico nestas discussões.
- g) **Contratação de mão de obra local:** conforme consta no TTAC, as empresas deverão sempre privilegiar a contratação de mão de obra local nas diversas atividades que estão sendo realizadas na região. Governo de MG ressaltou que, conforme informações das prefeituras da região, tal orientação não está sendo seguida. SAMARCO, VALE e BHP reforçaram seu compromisso com esta questão, disseram que também estão sendo questionados pelas prefeituras, mas que estão contratando a maior parte da mão de obra na localidade conforme determinado no TTAC; informaram, inclusive, que possuem indicador para isto e irão apresentar na próxima reunião da Câmara Técnica.
- h) **Construção de acessos e aprovação pelos órgãos públicos responsáveis:** existe preocupação com o alinhamento entre a SAMARCO e os órgãos públicos responsáveis pelas vias de acesso das áreas que receberão as comunidades. Segundo a SAMARCO, a nova área que receberá Bento Rodrigues já possui acesso e este é privado, não exigindo, portanto, autorização. No caso das outras comunidades, a princípio, os acessos serão municipais; entretanto, tal definição ocorrerá quando os atingidos definirem as áreas anfitriãs.
- i) **IPTU e energia:** apesar da remoção das famílias das áreas atingidas até que a reforma das moradias seja concluída, existem tarifas mínimas e impostos que estão sendo cobrados. A SAMARCO informou que está arcando com estas despesas até que as moradias em reforma sejam entregues. Nos casos das moradias temporárias, os assentados são responsáveis por estas despesas.
- j) **Canal de comunicação no caso de situações emergenciais enfrentadas pelos atingidos com relação às novas moradias/moradias temporárias:** SAMARCO informou que realiza acompanhamento ativo dos atingidos, possuindo centrais físicas nas localidades, com equipe disponível de 2ª a sábado, e que estabeleceu um telefone 0800 para receber

demandas da população, além de manter uma rotina de visitas periódicas às comunidades e obras realizadas. No caso de situações deste tipo, qualquer um destes canais de comunicação pode ser acionado.

- k) Manutenção dos imóveis:** SAMARCO informou que nos casos dos imóveis temporários, a responsabilidade pela manutenção, salvo casos excepcionais de uso indevido pelo morador, é da empresa. Nos casos das moradias que estão sendo construídas/reformadas, apesar da assinatura pelo reassentado de Termo de Entrega, não há qualquer previsão neste sentido. Foi discutida necessidade de incluir tal informação no Termo de Entrega, garantindo ao reassentado que qualquer despesa de manutenção originada por falha na construção/reforma seja paga pelas empresas. SAMARCO reconheceu a importância desta questão, dando segurança ao assentado e determinando, também, até quando a empresa seria responsável por manter este tipo de assistência. SAMARCO, VALE e BHP irão estudar como inserir esta informação.

- l) Questão eleitoral:** foi levantada a preocupação com a realização dos investimentos previstos no TTAC, considerando que 2016 é ano de eleições municipais. Em princípio entendeu-se que, como os investimentos serão realizados por fundação privada, não existe qualquer óbice à sua realização; com relação ao valor de R\$ 500 milhões a ser repassado para as prefeituras para obras de esgotamento sanitário e/ou destinação de resíduos sólidos, não houve entendimento pacificado. De forma a alinhar estes entendimentos, a SEDRU se comprometeu a buscar o apoio da Advocacia Geral do Estado e trazer um entendimento pacificado na próxima reunião da Câmara Técnica.

- m) Indicadores de desempenho e cumprimento de metas:** o Governo de MG abordou que estabelecer indicadores de desempenho para cada uma das ações/programas tornaria o trabalho de acompanhamento e monitoramento mais eficiente e objetivo. SAMARCO, VALE e BHP afirmaram que possuem planos de ação, com os respectivos responsáveis, e que no momento de detalhamento dos programas são apresentados indicadores. Foi discutida a questão e pacificou-se a necessidade de elaboração conjunta de indicadores que facilitaríamos a análise e monitoramento dos resultados dos programas.

3. Encaminhamentos da 3ª reunião do Comitê Interfederativo.

De maneira bastante breve, inclusive pela duração das exposições das empresas e do volume de questionamentos e perguntas dos participantes, a SEDRU apresentou informações gerais sobre a 3ª reunião do Comitê Interfederativo. Como principais pontos abordados e que merecem destaque estão:

4. Questões emergenciais dos prejuízos municipais (demandas encaminhadas pelos municípios).

De acordo com sinalização dada pelo Comitê Interfederativo em sua 2ª reunião, existe a possibilidade da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas realizar o

acompanhamento das ações realizadas por SAMARCO, VALE e BHP no âmbito da cláusula 142 do TTAC, a saber:

“CLÁUSULA 142: A FUNDAÇÃO discutirá com os Municípios impactados quanto ao ressarcimento pelos gastos públicos extraordinários decorrentes do EVENTO.”

Sendo assim, e motivada por iniciativa dos municípios atingidos, a SEDRU questionou às empresas o que está sendo feito neste sentido. SAMARCO, VALE e BHP afirmaram que não foram executados ressarcimentos nestes moldes até o momento. Ressaltaram, ainda, que muitas prefeituras estão trazendo questionamentos com relação à queda da arrecadação municipal advinda do evento e que, segundo entendimento deles, esta questão não estaria abarcada na cláusula 142. A SEDRU repassou às empresas que as prefeituras estão com dificuldades de identificar o meio através do qual tais solicitações devem ser feitas e reforçou a necessidade de determinar um canal de identificação claro para receber e avaliar estas demandas. SAMARCO, VALE e BHP reforçaram que existe necessidade de um alinhamento entre as diversas áreas (jurídico, contabilidade, etc) sobre esta questão e se comprometeram a pacificar internamente este tema e estabelecer um canal de comunicação para os municípios no que se refere a esta questão.

5. Discussões e encaminhamentos finais.

Encaminhamentos realizados:

- a) A SEDRU, por meio dos servidores Wesley Cantelmo e Raoni Bonato, será o ponto focal de qualquer comunicação entre as empresas SAMARCO, VALE e BHP e a Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas.
- b) SAMARCO, VALE e BHP apresentarão, na próxima reunião da Câmara Técnica, dados sobre a contratação da mão de obra local, inclusive com a sua participação sobre o volume total contratado, de forma a comprovar o cumprimento deste item constante no TTAC.
- c) SAMARCO, VALE e BHP encaminharão por email, até o dia 17 de junho de 2016, cronograma com todas as reuniões previstas, tanto com comunidades atingidas como com entes públicos (Prefeituras, Ministério Público, Secretarias, etc), para o mês de junho. A partir de julho, as empresas encaminharão o cronograma das atividades previstas para o mês por email até o final da primeira semana do mês em questão.
- d) SAMARCO, VALE e BHP encaminharão, até o dia 24 de junho de 2016, cronograma para todas as atividades em andamento nos dois programas escopo da Câmara Técnica. No caso do programa “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”, o cronograma dependerá da escolha da nova área para as comunidades que ainda não concluíram este processo. No caso do programa “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa”, os cronogramas apresentarão tanto as etapas já concluídas, com as respectivas datas de conclusão, como a previsão para as atividades em andamento e futuras.

- e) A SEDRU abordará a questão das restrições impostas pelo período eleitoral e sua relação, se é que existe, com o cumprimento do TTAC junto à Advocacia Geral do Estado e trará mais informações sobre o tema na próxima reunião da Câmara Técnica.
- f) SAMARCO, VALE e BHP apresentarão, na próxima reunião da Câmara Técnica, proposta de canal de atendimento para que os municípios apresentem os gastos públicos extraordinários decorrentes do evento, de forma a unificar este entendimento e permitindo que o Governo de MG oriente os prefeitos neste sentido.
- g) Tanto as empresas (VALE, BHP e SAMARCO) quanto o Governo de MG estudarão a fundo os programas e trarão, na próxima reunião da Câmara Técnica, propostas de indicadores para monitoramento dos programas. A partir destas informações será discutida sua aplicabilidade e o refinamento necessário para que eles sejam utilizados no acompanhamento dos programas; estes indicadores e esta forma de monitoramento serão levados no tempo oportuno para conhecimento e aprovação pelo Comitê Interfederativo.
- h) A próxima reunião da Câmara está pré-agendada para o dia 05 de julho de 2016. A data será confirmada para todos os participantes.

Participantes (lista de presença encontra-se no ANEXO IV deste documento):

Nome	Órgão / Entidade / Empresa
Mauro Alexandre Gomes	Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG
Breno Longobucco	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG
Letícia Palma	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC/MG
Hélcio M. Borges	Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e Outros Conflitos Socioambientais – MG
Raoni Bonato	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG
Wesley Cantelmo	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG
Alessandra Peixoto	SAMARCO
Simone Rocha	BHP
Heloísa Bortolo	VALE
Décio Pio Borges	BHP
Carlos Antônio Amorim	SAMARCO
Cláudio Siqueira dos Santos	SAMARCO
Alexandre Soares Pimenta	SAMARCO
José Luis Santiago	SAMARCO